"Deixem o D. F. i 8 MAR 1980 brasiliense

JORNAL DE BRASÍLIA VOTAT

A necessidade de representação política para o Distrito Federal foi levantada ontem na Câmara pelo deputado Aldo Fagundes (PMDB-RS), que solicitou, inclusive, transcrição nos Anais de editorial do «Jornal de Brasilia, do último domingo dia 16, entitulado «Voto per Paralliam Segundo e deputado e capital pre Brasilia». Segundo o deputado, a capital não pode ter «o seu desenvolvimento subordinado ao querer onipotente do Poder Executivo que, por sua vez, não resulta do voto popular, mas de nomeação do Palácio do Planalto».

Para o deputado Aldo Fagundes, se houvessem eleições, os candidatos e os eleitos percor-Plano Piloto para conhecer os seus problemas e debatê-los, e os parlamentares conheceriam melhor as cidades satélites e os edepósitos de pobres em contraste com os palacios». Ao encerrar o discurso, ele deu sua solidariedade à emenda constitucional do deputado Epitácio Cafeteira e fez apelo em nome da população: «Deixem o brasiliense votar»

O projeto do senador Lázaro Barbosa, que área goiana na Amazônia Legal, não deverá voltar ao Plenário até o final da próxima semana; o lider do PMDB, deputado Freitas Nobre, retirou o requerimento solicitando tra-mitação com regime de urgência ao saber que o projeto iria receber cinco emendas e voltaria à Comissão de Constituição e Justiça, onde se en-contra atualmente. É intenção do senador Lázaro Barbosa tentar novamente a urgência através de requerimento assinado por 1/3 dos membros da Camara. De acordo com o regimento interno, caso consiga as assinaturas, a urgência estará garantida.

A seguir a integra do discurso:

Odiscurso

Sr. Presidente

O início das atividades parlamentares nesta nova sessão legislativa está marcado pelo debate em torno de algumas reformas à Constituição: eleições diretas para os governos estaduais, fim dos senadores "biônicos", retorno das prerro-gativas do Poder Legislativo e outras.

Neste contexto, sr. Presidente, quero me referir, especialmente, à necessidade da represen-tação política para o Distrito Federal. Várias vezes já abordei este tema desta tribuna e quanto mais vivo em Brasília e me familiarizo com os seus problemas, mais me convenço da falta que faz uma representação política para o brasiliense. A capital, complexo de urbs e civitas, segundo

seus planejadores, não pode ter o seu desenvolvimento subordinado ao querer onipotente do Poder Executivo, que, por sua vez, não resulta do voto popular, mas de nomeação do Palácio do Planalto.

Houvesse aqui eleições, os candidatos e os eleitos perioricamente haveriam de percorrer o Plano Piloto para conhecer os seus problemas. desde as distorções do seu traçado viário até a execução de um planejamento urbano elaborado em gabinetes, sem um amplo debate com os representantes do povo de Brasília. Deputados e senadores conheceriam melhor as cidadessatélites e os "depósitos de pobres" que essas unidades administrativas muitas vezes representam assinalando o imenso contrasta dos palácies tam, assinalando o imenso contraste dos palácios e as favelas, e, certamente, a busca da qualidade de vida para o brasiliense não seria simples retórica, mas repousaria sobre medidas concretas de amparo e proteção dos poderes públicos.

Enfim, sr. Presidente, a realização de eleições aqui seria, também, uma consequência natural do alardeado processo de abertura política. Como falar em ordem democrática, enquanto uma comunidade inteira, do porte e da qualificação de Brasília, não pode votar?

Neste sentido, ao encerrar este breve pronunciamento, quero transcrever do "Jornal de Brasilia" o editorial de domingo último, 16 do corrente, que aborda, mais uma vez, a palpitante questão.

S

·S

ı,

)-

0

E ao fazê lo dou a minha solidariedade a emenda constitucional do deputado Epitácio Cafeteira e procuro reproduzir, em resumo, apelo que do Plano Piloto e das cidades-satélites chega ao Congresso Nacional: "Deixem o brasiliense